

GEO-GRAFAR NOS RINCÕES DO BRASIL MERIDIONAL: um diálogo de pesquisa *com* as territorialidades subalternas e suas expressões de r-existência na Campanha Gaúcha¹

GEO-GRAPHYING IN THE SOUTHERN BRAZILIAN CORNERS: a research dialogue *with* the subaltern territorialities and their expressions of r-existence in the *Campanha Gaúcha*

Anderson Luiz Machado dos Santos

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil
andersonlm.santos@gmail.com

Resumo

Este trabalho endereça o seu olhar para uma das porções *des-articuladas* no espaço-tempo do Brasil Meridional, a Campanha Gaúcha. Focaliza o seu espaço rural, como aquele que fundamenta suas forças, singularidades e diferenciações, na busca por compreender a multiplicidade de territorialidades que o produz, através de uma *pesquisa-diálogo com* os sujeitos subalternizados, frente ao *regime territorial* de saber e de poder hegemônico-dominante, que constitui a Campanha Gaúcha, enquanto *formação territorial* moderno-colonial. Desta *pesquisa-diálogo*, embasada em estudos de caso ampliados, emerge a afirmação de que os rincões, uma expressão nativa, denotam os locais, por excelência, de enunciação e vida da multiplicidade subalterna presente no espaço rural da Campanha Gaúcha. Nesse sentido, o trabalho objetiva, apresentar a discussão sobre como os rincões tornaram-se os *territórios em construção*, sobretudo, para os sujeitos subalternizados, ainda que, marcados por expressões territoriais dessa subalternidade. Paralelamente, nesse processo estão presentes as forças dos *dispositivos* de r-existência que possibilitam na *geo-grafia* desses sujeitos, a produção de um micro-ordenamento territorial dos subalternos.

Palavras-chave: Campanha Gaúcha; Sujeitos Subalternos; R-existência; Território.

Abstract

This work looks at one of the space-time dis-jointed lands of Southern Brazil, the *Campanha Gaúcha*. It focuses on its rural space, as the one that bases its forces, singularities and differentiation, in the search to understand the multiplicity of the territorialities that produces it, through a *research-dialogue with* subalternized subjects, before the *territorial regime* of knowledge and hegemonic-dominant power that constitutes the *Campanha Gaúcha* as a modern-colonial *territorial formation*. From this *research-dialogue*, based on expanded case studies, emerges the affirmation that the corners or *rincões*, a native expression, denote, par excellence, the places of enunciation and life of the subaltern multiplicity present in the rural space of the *Campanha Gaúcha*. In this sense, the work aims to present the discussion about how the corners became the *territories in construction*, above all, for the subalternized subjects, although they are marked by territorial expressions of this subalternity. At the same time, in this process are

present the forces of the r-existence devices that enable the production of a territorial micro-ordering of the subalterns in the *geo-graphy* of these subjects.

Keywords: *Campanha Gaúcha*; Subaltern Subjects; R-existence; Territory.

Introdução: a construção de um diálogo de pesquisa

*Alcei a perna no pingo
E saí sem rumo certo
Olhei o pampa deserto
E o céu fincado no chão
Troquei as rédeas de mão
Mudei o pala de braço
E vi a lua no espaço
Clareando todo o rincão...*

Deixando o Pago – Estrofe do Poema de João da Cunha Vargas (1981).

Imagem 1: O Tradicional Camponês da Campanha Gaúcha



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: Anderson L. M. Santos, 2019.

O geógrafo e professor Carlos Walter Porto-Gonçalves nos ensina, através de sua oralidade² e escrita, como redescobriu a geografia, não mais como substantivo e sim como verbo, o *geo-grafar*, o ato de *grafar* a Terra, desde suas experiências vividas com os povos tradicionais da Amazônia. Desse modo, o *geo-grafar* representa a forma como os povos imprimem sua pegada e constroem seus modos de vida no espaço e no tempo, traduzidos em territórios de culturas que co-evoluem com a natureza e constroem suas identidades, ao mesmo passo em que estão envolvidas nas disputas de poder que circunscrevem a sociedade (PORTO-GONÇALVES, 2003). Esta concepção de geografia como *geo-grafar*, pode ser aproximada da noção de *geograficidade* proposta por Eric Dardel (2011 [1952]), enquanto *modo de ser-estar na Terra*, ou como *a relação existencial do ser no espaço*.

Todavia, se o ato de *geo-grafar*, ou a *geograficidade* é inerente ao *ser*, em sua existência múltipla, a leitura, a compreensão e a participação crítica nestes processos são parte das tarefas de um geógrafo como pesquisador e sujeito da sociedade em que vive. Logo, a produção de uma pesquisa social, do ponto de vista geográfico, pressupõe o diálogo com as experiências vividas pelos sujeitos, sem o intento de transformá-los em

meros objetos de *experimentos*. Trata-se, da construção dos *saberes com* e não dos *saberes sobre* os sujeitos como adverte nosso interlocutor Porto-Gonçalves (2008), segundo o qual os *saberes sobre* estão presentes na forma de dominação, ao passo que os *saberes com*, representam a partilha e o diálogo com os saberes inscritos no fazer, ou *inscritos* nos territórios, mas não necessariamente escritos.

Trabalhar, nessa perspectiva, significa aderir a uma postura *descolonial* no âmbito da construção do saber e, conseqüentemente, na crítica às relações de poder, elemento que caracteriza as abordagens territoriais em geografia. Como afirma Mignolo (2005), diferente do projeto de razão e do conhecimento moderno, a exemplo do paradigma cartesiano, no qual há um sujeito universal e *des-incorporado* do conhecimento que pensa de lugar nenhum e seus conhecimentos são tomados como válidos e universais, é necessário *in-corporar* a produção de saberes que foi *des-incorporada* pela concepção eurocêntrica hegemônica. Isso pressupõe reconhecer o enraizamento dos saberes produzidos por histórias localizadas, que em sua simultaneidade espacial se inscrevem nos projetos globais. Nesse sentido, o diálogo e a incorporação dos saberes subalternizados no campo epistemológico, é traço de identidade da posição crítica e *descolonial* na filosofia e nas ciências humanas, mormente em geografia.

Logo, foi sob as premissas de uma *pesquisa-diálogo com* a alteridade, na valorização, partilha e incorporação dos diferentes saberes, que se construiu o processo de pesquisa, cujos resultados trazemos ao público. Em sua particularidade, este trabalho endereça o seu olhar para uma das porções *des-articuladas* no espaço-tempo do Brasil Meridional, a Campanha Gaúcha, espaço-tempo dos vastos campos e *coxilhas* (forma de relevo suavemente ondulado) no âmbito rural do Rio Grande do Sul, marcado pela presença de uma rede urbana difusa em cidades de grandes extensões territoriais e pela condição fronteira, situada nos limites políticos meridionais do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

Desta primeira mirada, lançamos nossa focalização para o espaço rural da Campanha Gaúcha, como aquele que fundamenta suas forças, singularidades e diferenciações, na busca por compreender a multiplicidade de territorialidades que o produz, sobretudo, forjadas por sujeitos subalternizados frente ao *regime territorial*³ de poder e de saber hegemônico-dominante, mas que desde seus saberes e fazeres inscritos em suas territorialidades, mais do que resistem, r-existem (PORTO-GONÇALVES,

2006), nos espaços-tempos dos rincões, uma expressão nativa que denota os *loci*, por excelência, de enunciação e vida da multiplicidade subalterna presente nos campos da Campanha Gaúcha.

Para chegar a tal conclusão, foi necessário literalmente, como diz o poeta regional João da Cunha Vargas (1981), *alçar a perna no pingo⁴ e sair ser rumo certo*, para à luz do sol ou do luar, reencontrar-se nos *rincões* e desde o convívio com sua gente, com seus povos e sujeitos, a exemplo do tradicional camponês ilustrado na Imgem-1, aproximar-se e solidarizar-se com seus dilemas e sonhos. Portanto, é aos sujeitos dos rincões da Campanha Gaúcha, em sua necessidade de visibilidade e luta pela vida que dedico este artigo. O mesmo está organizado em dois eixos norteados. No primeiro, explicitamos nossa matriz investigativa e interpretativa que compreende a Campanha Gaúcha enquanto formação territorial moderno-colonial, que em sua heterogeneidade e multiplicidade é produzida por uma diversidade de territorialidades que se situam entre hegemonias e subalternidades como expressões de um *padrão de poder*.

No segundo, discutimos como os rincões tornaram-se os *territórios em construção*, sobretudo para os sujeitos subalternizados, bem como as expressões territoriais desta subalternidade e os *dispositivos*, ou seja, o conjunto multilinear, de *linhas de força, de linhas de visibilidade e enunciação, de linhas de subjetivação que se entrecruzam* (DELEUZE, 1996), na constituição das r-existências que subjazem suas territorialidades, apoiados na realização de estudos de caso ampliados⁵ nos rincões do município de Alegrete, o maior município em extensão territorial da Campanha Gaúcha, localizado em sua fronteira sudoeste.

A Campanha Gaúcha enquanto formação territorial moderno-colonial e as territorialidades subalternas

Nossa matriz investigativa sobre a Campanha Gaúcha, para chegar ao diálogo *com* as territorialidades subalternas inscritas em seus rincões, propõe alguns deslocamentos analítico-interpretativos, quais sejam: em um primeiro âmbito procuramos evidenciar a Campanha Gaúcha como *categoria da prática e expressão nativa* incorporada por seus sujeitos. Em segundo lugar, nos deslocamos das problemáticas da *diferenciação socioespacial*, o que põe em questão o conceito de região, para as *relações de poder*, o que permite a tomada da Campanha Gaúcha enquanto *formação territorial*. Em terceiro e último

âmbito, ao contrário de produzir uma narrativa histórica de sua gênese e evolução, desejamos encontrar em sua genealogia, as *heterarquias* do *padrão de poder* que promove no *regime territorial* subalternizações e r-existências.

No que concerne ao primeiro âmbito, destacamos que a expressão Campanha Gaúcha, além de denotar a presença dos vastos campos meridionais concernentes ao bioma Pampa, conforme consagraram os clássicos trabalhos, desde os viajantes a geógrafos como Azevedo (1954[2014]), Roche (1958) e Bernardes (1962), também possui um caráter político-militar, como atesta Haesbaert (1988),

Além da conotação tradicional com que a denominação *Campanha* é reconhecida, não se deve descartar também um significado militar, já que os comandos da governadoria militar do “continente de São Pedro”, com sedes em Rio Grande e Rio Pardo, eram denominados no início do século XIX, comandos de Fronteira ou *de Campanha*. (HAESBAERT, 1988 p.32).

Não obstante, é significativo apontar que a expressão Campanha Gaúcha foi incorporada na vida dos sujeitos que a produzem, com o sentido de expressar o viver no espaço rural, no campo, em suma. Assim, ao dizer “eu sou” ou, “eu venho da Campanha”, se enuncia, no contexto regional, que se vive no campo, o que exprime um modo de vida e concepções de mundo específicas. Nesta medida, é possível conceber a Campanha Gaúcha como um conceito/expressão que se traduz em “categoria da prática” conforme o aporte de Haesbaert (2010, 2014), desde Bourdieu (2005 [1989]), ou seja, como noção do “senso comum” presente nas práticas cotidianas do discurso ordinário. Essa categoria também comporta *termos ou expressões nativas* que permitem, segundo a interpretação de Souza (2013), vias de acesso ao cotidiano dos agentes. Não obstante, compreendemos a implicação mais ampla do termo como *categoria de análise*, sobretudo enquanto diferenciação socioespacial - a região, que comporta tanto o espaço urbano quanto o rural, bem como suas distinções em relação a outros recortes regionais.

Todavia, a tomada da Campanha Gaúcha do ponto de vista da *categoria da prática* e dos *termos nativos*, nos aproxima da linguagem tradicional-popular dos sujeitos subalternos e da busca por compreender seus significados. Assim, ao longo deste texto emergirão expressões nativas como “pago”, “querência”, “tapera”, “rincão”, “corredor”, “coxilha”, “bolicho”, dentre outras, as quais são elementos da gramática espacial da Campanha Gaúcha, incorporada nas práticas e saberes dos seus sujeitos. Portanto, o

diálogo com tais enunciados e suas grafias no espaço-tempo, também é parte de nossa *démarche* de deslocamento epistêmico, da região ao território, na busca por se aproximar das *expressividades territoriais*, pois, conforme enfatizam Deleuze e Guattari (1997 [1980] p.107), “as funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz o território”. Logo, a busca pelo *devir-expressivo*, do ritmo ou da melodia, do som, da cor, do cheiro, denota as qualidades próprias ao território.

Por sua vez, o segundo deslocamento analítico-interpretativo nos conduz ao entendimento da Campanha Gaúcha, enquanto *formação territorial*, o que põe em questão as relações entre espaço-tempo e poder, tendo em vista que são essas relações que nos direcionam às problemáticas territoriais, como afirma Haesbaert (2014).

Ao tratarmos o espaço geográfico a partir de nossos conceitos fundamentais, destacamos, ou melhor, focalizamos algumas de suas propriedades e/ou dimensões, nunca esquecendo que o que define nossa focalização, o privilegiamento de uma dessas dimensões, são as questões ou problemáticas que buscamos enfrentar. Assim, quando enfatizamos ou focalizamos esse espaço através de questões ligadas às relações ou práticas de poder (que é também – e às vezes sobretudo – poder econômico), estaremos de alguma forma nos referindo ao espaço enquanto *território*. (HAESBAERT, 2014 p.43).

Nesse sentido, é *mister* ter em mente que cada formação social é também territorial, pois, o desenvolvimento histórico faz-se com e sobre o espaço, de modo que a formação social necessariamente se especializa (MORAES, 2000). Para o referido autor, a formação territorial corresponderia à relação sociedade-espaço, a espacialidade dada por uma formação econômico-social, algo próximo da alusão feita por Santos (1977), em sua proposição de análise das formações socioeconômicas, como formações sócio-espaciais.

Mas, para Moraes (2000), há uma distinção epistemológica entre o plano genérico da valorização do espaço e o objeto empírico da formação territorial, enquanto ajuste de foco angular que visa captar o movimento histórico. Essa clivagem epistêmica, espaço-território, tem sido alvo de discussão na trajetória do pensamento geográfico. Em reflexão mais recente, Haesbaert (2010, 2014), propõe abordar, o espaço como categoria-chave e o território como conceito situado dentro de uma *constelação conceitos* que problematizam diferentes relações (ou focos) no espaço geográfico.

Diante desta acuidade no olhar, é possível compreender que a noção de *formação territorial* abrange um processo de espacialização da sociedade. Sendo que as

propriedades espaciais - relacionalidade, multiplicidade-heterogeneidade e abertura (MASSEY, 2013 [2005]), lhe subjazem nesse processo. Ao mesmo tempo, a formação territorial recupera o caráter histórico do território, visto que “todo território tem uma história que explica sua conformação e sua estrutura atual. Para apreendê-la é necessário equacioná-la como um processo; daí o enunciado da *formação territorial* como objeto de pesquisa” (MORAES, 2000 p.21). Porém, enfatizamos, as múltiplas escalas e dimensões concernentes à *formação territorial*, desde as perspectivas de Raffestin (1993 [1980]), Sack (2011 [1986]), Haesbaert (2004, 2010, 2014) e Souza (1995, 2009, 2013).

Não obstante, Moraes (2002) ainda destaca que a apropriação dos espaços e sua subordinação à determinada dominação política, obedece à uma lógica societária que permite a identificação de *padrões* (historicamente delineados). É desta forma que torna-se possível compreender, a objetivação de um *padrão de poder*, o qual aborda Quijano (2000, 2007). Esse *padrão*, tende a instituir-se como hegemônico na medida em que subordina, ou apropria-se e desconstitui as territorialidades que não lhes são convergentes, em termos de formas de uso e apropriação do espaço.

Logo, chegamos a proposição da Campanha Gaúcha enquanto *formação territorial*, o que significa tomá-la do ponto de vista da espacialidade-historicizada de sua sociedade, através de seus grupos e classes sociais, de seus sujeitos em suma, que produzem diferentes e des-contínuas territorialidades, redefinidas no espaço-tempo a partir das múltiplas relações de poder, bem como em suas diferentes manifestações e escalas. Assim, ocorre a formação de territorialidades subalternas que não são necessariamente eliminadas ao longo do tempo e sim coexistem (sobretudo pela sua resistência), no *padrão de poder* hegemônico-dominante que as subsumi.

O padrão de poder, as heterarquias e as territorialidades subalternas da Campanha Gaúcha

Desde o ponto de vista de Quijano (2000), a formação da América Latina é um espaço-tempo constitutivo do novo *padrão de poder* de vocação mundial, enunciado no século XVI e vivido até o presente - o capitalismo. Em sua visão, as relações de exploração e dominação econômicas do norte sobre o sul, estão articuladas às esferas da dominação racial e étnica, aos regimes de autoridade, de gênero e sexualidade, de subjetividade e produção do saber, sem haver uma instância determinante e sim enquanto

elementos heterogêneos constitutivos do *padrão de poder* moderno-colonial, conhecido como capitalismo.

Portanto, esse *padrão de poder* não é apenas um sistema econômico, mas um sistema hegemônico, “uma rede global de poder integrada por processos econômicos, políticos e culturais, cuja soma mantém todo o sistema” (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007 p.17 [tradução livre]). Sua pedra angular é a *colonialidade*,

[...] um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular desse padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, desde a existência cotidiana à escala social. (QUIJANO, 2007 p.93 [tradução livre]).

No entanto, não se pode afirmar que esse *padrão de poder* seja algo homogêneo, unilinear e unidirecional, pois a história concreta de seus agentes é formada por elementos heterogêneos, descontínuos e conflitivos. Há, portanto, na existência social de seus agentes, uma *heterogeneidade histórica-estrutural* das relações de poder, formada por elementos historicamente heterogêneos, descontínuos e conflitivos (QUIJANO, 2007).

No que concerne ao *padrão de poder* capitalista moderno-colonial, tais experiências heterogêneas dos sujeitos estão subordinadas pela *colonialidade* em uma estrutura articulada, que reflete em cada um dos âmbitos das relações de poder. Esses âmbitos são para Quijano (2007): 1) o trabalho e seus produtos; 2) a natureza e seus recursos de produção; 3) o sexo, seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade, seus produtos materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e seus instrumentos. Nesse processo todas as formas históricas de trabalho estão a serviço do capital e articulam-se em torno do trabalho assalariado; do mesmo modo que nos outros âmbitos, o sexo em relação à família burguesa, a subjetividade em relação à racionalidade moderna, a autoridade articulada ao Estado-nação.

Diante de tal multiplicidade heterogênea, Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) nos direcionam a pensar em *heterarquias*, como a articulação *enredada* (em rede) de múltiplos regimes de poder, onde não há uma determinação em última instância, tampouco o domínio de dispositivos autônomos. Desse modo, os respectivos autores emitem a necessidade de uma nova linguagem para as ciências sociais, capaz de dar conta das complexas relações do sistema-mundo capitalista/patriarcal, moderno/colonial e que

supere a herança do século XIX, eurocêntrica, em que tudo se relaciona com tudo e uma única lógica determina todas as demais.

Isto posto, identificamos na *formação territorial* da Campanha Gaúcha que esse *padrão de poder* foi constituído pela apropriação dos recursos naturais (a terra e o gado oriundo da *vacarias*⁶) na forma de grandes propriedades - as estâncias, destinadas ao aprisionamento do gado, para reprodução e comercialização; pela exploração do trabalho livre, escravo e familiar, subordinado aos interesses econômicos dos estancieiros; por um regime de autoridade sustentado através de relações de domínio pessoal e da violência pelos considerados *senhores da terra*, ante os demais sujeitos sociais; bem como a serviço do Estado territorial em formação no Brasil e na defesa de suas possessões meridionais. Esse processo, em um contexto de militarização, conduziu a um modelo de sociedade fundado nas *heterarquias* do racismo, do patriarcalismo e do machismo como referências nas relações de gênero; gerando um processo de *classificação social*⁷ entre os considerados *senhores da terra* e os denominados *intrusos*.

Contudo, esse padrão heterárquico, não se produziu em um “vazio demográfico” ou em “terras de ninguém” como apontam os trabalhos historiográficos de Garcia (2005), Farinatti (2006) e Osório (2008). Tão pouco se fez sob formas consensuais, pois de acordo com os respectivos trabalhos, os processos de acesso aos bens naturais, como a terra e o gado pelos estancieiros, não se deram apenas através da concessão de sesmarias pelo Estado, a ocupação simples de terras devolutas e a instituição de unidades produtivas sobre terras alheias foram outros mecanismos presentes, raramente ocorreu a compra de terras. Também, a fraude documental e a expropriação violenta dos sujeitos originários foram parte dos mecanismos de dominação.

Assim, cabe resgatar as proposições de Massey (2013 [2005]), segundo a qual o espaço-tempo, enquanto *produto de inter-relações sociais*, não é capaz de ser completamente fechado, pois está *sempre em construção* pela multiplicidade de trajetórias que coexistem em sua esfera. O que significa dizer, em termos da *formação territorial* em questão, que o *padrão de poder* instituído, não foi capaz de superar a multiplicidade coexistente em seu espaço-tempo, ainda que tenha sido capaz de subalternizá-las. Nesse sentido, as territorialidades originárias da Campanha Gaúcha foram paulatinamente subalternizadas, conseqüentemente, marginalizadas, invisibilizadas e silenciadas no seu espaço-tempo. Mas, não sem lutas e resistências.

Logo, destacamos que a Campanha Gaúcha foi o território (no sentido do uso e da apropriação do espaço-tempo - aqui coadunadas as concepções de Santos (1999) e Haesbaert (2004), respectivamente), habitado pelos povos nômades denominados de Pampeanos⁸ (em especial os grupos Charruas e Minuanos) de origem Quíchua. Segundo Farinatti (2010), ao sul do rio Uruguai, ultrapassando o rio Ibicuí e chegando até às margens do rio Negro no Uruguai, localizava-se uma região de ricas pastagens naturais, com a presença de gado em abundância, oriundos das vacarias. Nesse espaço-tempo, os Charruas e Minuanos faziam dos campos a sua morada. Eram povos guerreiros, caçadores e coletores, que desenvolveram técnicas para caça, como as pontas de lança e as boleadeiras⁹. Com a presença do gado introduzido em seu território, se tornaram destros no manejo do cavalo, arrebanhavam o gado e estabeleciam relações que podiam passar do comércio ao enfrentamento com os assentamentos portugueses a leste, guaranis ao norte/oeste e espanhóis ao sul (FARINATTI, 2010).

Nesse processo, o confronto entre as forças expansivas de colonização espanhola e portuguesa na disputa pela bacia platina, somente apaziguado no limiar do século XIX, promoveu o genocídio desses povos. Porém, é dessa matriz indígena de cavaleiros e arreadores de gado, que nasceram muitos dos elementos formadores dos gaúchos e das gaúchas, enquanto homens e mulheres do campo, desde suas técnicas de doma do gado xucro com o uso da boleadeira, até as visões de mundo na relação entre os sujeitos, o campo e o gado. Elementos que a *colonialidade* tenta subordinar e ocultar. Mas, esta territorialidade ainda está latente na *formação territorial* em questão, seja na incorporação e reprodução dos seus elementos culturais no cotidiano da vida dos sujeitos, a exemplo do chimarrão, seja na reprodução de comunidades originárias dos povos Charruas e Minuanos, que encontraram nos rincões mais recônditos seus territórios de r-existência.

Nesta genealogia, cabe destacar, conforme aponta Garcia (2005 p.14), que “se a apropriação da terra na região da Campanha rio-grandense se deu na forma da grande propriedade, amplos setores da população foram alijados deste processo já em sua gênese”. Assim, é possível identificar além da presença dos indígenas remanescentes e dos escravos cativos na exploração da pecuária, uma margem considerável de homens e mulheres pobres “livres”, que com a criação de pequenos rebanhos tentavam garantir sua autonomia e o sustento de suas famílias.

Tais eram lavradore(a)s-pastore(a)s ou, homens e mulheres pobres livres conforme as abordagens de Osório (2008) e Garcia (2005), respectivamente. Esses sujeitos formaram um campesinato originário da *formação territorial* da Campanha Gaúcha, os quais manejavam pequenos rebanhos, insuficientes para sua subsistência, levando-os a se dedicar também a produção de lavouras para garantir o sustento de suas famílias. Nesta condição, muitas vezes trabalhavam fora de suas áreas apropriadas, no ofício de peões de estâncias - aqueles que vendiam sua força de trabalho como empregados dos estancieiros. Encontra-se assim, as origens de um campesinato nativo da Campanha, dedicado à criação do gado e a pequenos roçados, em pequenas e médias unidades produtivas.

Entretanto, a presença camponesa na *formação territorial* da Campanha Gaúcha foi alvo de constantes ameaças, exploração e expropriação frente ao regime estancieiro como *padrão de poder* que se impôs na mesma. Dessa forma, em sua condição de posseiros, arrendadores, ou “arranchados” (aqueles se relacionavam com a terra em função de relações de dependência pessoal com sujeitos alheios), ou pequenos proprietários (raramente), foram caracterizados como *intrusos* pelos sujeitos hegemônicos e dominantes, sendo alvo de processos litigiosos e expropriação violenta de suas terras. Mas, resistiam conflitivamente a esses processos, conforme os estudos de Garcia (2005) e Osório (2008) trouxeram à tona. Ainda, as autoras apontam que a monopolização das terras, também se convertia em instrumentos de espoliação, nos quais camponese(a)s eram coagido(a)s a comprar as terras que já habitavam há muito tempo, ou ao pagamento de rendas em espécie ou dinheiro para permanecer nas mesmas.

Tem-se assim um processo de subalternização da territorialidade camponesa originária, diante do *padrão de poder* em curso na *formação territorial* emergente. Por sua vez, cotejavam ao lado desse(a)s camponese(a)s, outros sujeitos subalternos, a exemplo dos trabalhadores livres (os peões de estância) e os cativos (os escravos), explorados e dominados pelos grandes estancieiros. Nesse âmbito, destaca-se que durante muito tempo a historiografia regional difundiu uma visão na qual a *formação territorial* da Campanha Gaúcha possuía uma estrutura baseada na exploração de trabalhadores que possuíam liberdade para vender sua força de trabalho, os peões, nas grandes estâncias de criação de gado, excluindo outras categorias sociais, como camponeses e escravos (FARINATTI, 2006).

Entretanto, para além da tese de Cardoso (2003 [1962]) que já apontava para a importância e para a violência das relações escravistas nas Charqueadas¹⁰ entre Pelotas e Rio Grande (sudeste do Rio Grande do Sul), novos estudos têm demonstrado a importância do trabalho escravo nas estâncias da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, no período em que a Campanha Gaúcha era a grande fornecedora de matéria-prima para a produção de charque. Farinatti (2006), aponta a presença de “escravos do pastoreio” nas estâncias da região, os quais eram escravos campeiros, que formavam um núcleo estável de mão de obra para fazer frente, pelo menos, às demandas regulares de trabalho no manejo do gado. Assim, os *senhores da terra* procuravam assegurar a reprodução de suas estâncias, diminuindo a necessidade de recorrer ao mercado de força de trabalho.

A restrição ao emprego do trabalho livre se fazia, muitas vezes, em virtude da instabilidade política do momento, na qual os peões eram recrutados nos momentos de guerra, bem como a escassez de mão de obra, tornava mais caro o emprego do trabalho livre do que a compra de um cativo poderia garantir. Outro aspecto importante que a nova historiografia aborda, é o fato de que em muitos casos, um peão também era um pequeno posseiro, criador de pequenos rebanhos nas paragens mais longínquas da Campanha. Assim, tornar-se peão era uma estratégia para complementar sua renda, muitas vezes tornando-se *arranchados* nas estâncias, o que quebra a imagem do peão como o *gaúcho errante*, desprovido de qualquer posse e guerreiro dos pampas.

Nesse contexto, o genocídio dos povos indígenas e suas formas de existência, os produtos do trabalho familiar e os sujeitos camponeses, os produtos do trabalho livre dos peões e suas famílias, a exploração do trabalho do escravo e os sujeitos cativos, tanto quanto as riquezas naturais (campos e gado), subordinaram-se a um *padrão de poder* sustentado na *soberania* e na *violência*¹¹ dos *senhores da terra*. Nesse sentido, o instituto da *soberania*, que representa uma *tecnologia de poder* segundo Foucault (1999 [1976]), a qual se exerce sobre a terra e seus produtos, permitindo extrair dos corpos bens e riquezas, mais do que tempo e trabalho. Foi esse instrumento que tornou a figura do estancieiro em soberano, com homem branco, patrão e herói militar, figura incontestada no domínio territorial, ao mesmo tempo, responsável pela dimensão racista, classista, patriarcal e machista que fundamenta o *padrão de poder* na sociedade da Campanha Gaúcha.

Oriundo desses processos, ocorre a formação de um *regime territorial* de saber e de poder, calcado na territorialização estancieira num primeiro momento, mas que passará por alterações no século XX, em seus agentes e formas de exercício do poder, sobretudo com o ingresso e a territorialização do agronegócio na Campanha Gaúcha, conformando um *campo relacional* - segundo a acepção de Bourdieu (2005 [1989]) - que é hegemônico e dominante, dentro de uma leitura gramsciana do espaço-tempo, entre o latifúndio estancieiro e o agronegócio, em suas expressões econômicas, políticas e culturais-simbólicas. Por sua vez, as relações de poder transfiguraram-se na *tecnologia do biopoder*, um poder que age sob as condições de vida da população enquanto espécie, conforme a perspectiva de Foucault (2008 [1978]), permite inferir.

Todavia, se ocorreu a formação de um *regime territorial* hegemônico-dominante, ele se fez desde a subalternização de territorialidades outras. Nesse sentido, “os subalternos são aquela parte da sociedade que, sofre o domínio-hegemonia (econômico, político, militar, cultural), dos hegemônicos-dominantes” (BARATTA, 2011 p.168), que se situam em relações de direção e dominação, mando e obediência, hierarquia e subordinação, mas também de resistência, pois possuem *tendências de unificação e iniciativas de autonomia* (GRAMSCI, 2014[1934]).

Nesse contexto, os sujeitos subalternos da Campanha Gaúcha, desenvolveram processos de des-re-territorialização às margens, nos interstícios e fronteiras da territorialização estancieira e do agronegócio. O que permitiu a formação de uma territorialidade camponesa nativa da *formação territorial* da Campanha Gaúcha, ao lado da presença dos tradicionais peões e *changadores*, trabalhadores que viviam/vivem da prestação de serviços temporários - as changas - nas terras de estancieiros e fazendeiros; dos moradores agregados e *peões-posteiros*¹², trabalhadores que viviam/vivem a partir das relações de dependência com os estancieiros.

Nesse processo se articulam as novas relações estabelecidas no final século XX e início do XXI na Campanha Gaúcha, com a conquista dos Assentamentos Rurais, produto da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ingressou, a partir da década de 1990, na Campanha Gaúcha; a luta pelo reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas - oriundas da presença e resistência escrava do período anterior, ao mesmo tempo em que sua expropriação e conflito com os estancieiros e agronegociantes locais tem sido algo eminente;

fortuitamente encontram-se os sujeitos locais identificados com as matrizes indígenas originárias. Também, nas ressignificações da Campanha Gaúcha, ocorre a chegada de novos trabalhadores assalariados e arrendatários, vinculados, sobretudo, à expansão das lavouras de arroz, inicialmente, e soja posteriormente, recentemente com a introdução da vitivinicultura em seu espaço. Resta saber, quais são os espaços-tempos de exercício dessas territorialidades subalternas.

O emergir dos rincões: territórios em construção entre a subalternidade e a r-existência

Nosso trabalho de pesquisa permite inferir que dentre os espaços-tempos em que a multiplicidade de sujeitos subalternizados encontra para o exercício de seus modos ou *gêneros de vida* - conceito de Vidal de La Blache (2005 [1911]), são os rincões. Os mesmos representam os espaços-tempos mais invisibilizados, tornados ocultos e inexistentes pelo regime de poder e de saber, presentes no interior da *formação territorial* da Campanha Gaúcha, distantes do espaço urbano, margeados, atravessados e, muitas vezes, já dominados e/ou controlados pelos grandes proprietários. Todavia, os rincões da Campanha Gaúcha podem ser encarados como os *loci* por excelência, de enunciação, luta por visibilidade e força de uma multiplicidade de sujeitos que se reproduz em seu interior e que apesar de sua subalternidade, imprimem um mosaico de diversidade territorial na Campanha Gaúcha.

Desse modo, através dos sentidos que o termo nativo rincão denota, podemos recuperar os processos de transformação que os levaram a constituir-se em *territórios em construção* para os grupos subalternos. De acordo Figueiredo (2010[1913]), o termo rincão deriva do castelhano *rincón* e denota em seus sentidos: uma *porção de campo em volta do qual cresce mato*, assim como um *lugar oculto, lugar afastado, recanto*. Essas acepções exprimem sentidos mais absolutos e relativos do espaço geográfico dos rincões na medida em enfatizam seus aspectos naturais ou a posição do rincão como espaço distante.

Já nas definições regionais de Nunes e Nunes (2010 [1982]), os rincões significam: *ponta de campo cercada de rios, matos ou quaisquer acidentes naturais, onde se pode pôr os animais a pastarem em segurança; lugar mais ou menos resguardado na Campanha; sinônimo de pagos e de querência*. Em tais definições, mantêm-se os aspectos

absolutos e relativos do espaço em questão, mas sua dimensão relacional (HARVEY, 2012), também é enunciada, como o espaço a ser destinado a ação de pôr os animais em segurança, frente a outros espaços e relações inseguras e como “*recanto*” ou “*sinônimo de pagos, de querência*”, expressões nativas da Campanha Gaúcha, que enunciam um sentido de pertencimento ao espaço, pois, *pago* ou *querência* exprimem um espaço onde alguém nasceu, criou-se ou acostumou-se a viver e que desenvolve sentimentos de bem querer, afeição ou amor pelo mesmo.

Nesse sentido, as denotações linguísticas contribuem para apreender uma transformação territorial, em que o rincão ou o *rincón* do lado castelhano, deixou ser um espaço-tempo destinado ao manejo do gado, por ser resguardado em função de seus atributos naturais, como os rios e as matas, em um momento no qual os limites, o cercamento e a infraestrutura das propriedades ainda não estavam bem definidas. Nesse processo, os rincões transformaram-se em um espaço-tempo socialmente apropriado pelos sujeitos subalternos que diante da consolidação e expansão do *regime territorial* de estâncias e fazendas, tiveram como destino a ocupação dos fundos de campo em terras devolutas, ou no interior das grandes propriedades, distantes dos primeiros povoados. Também a ocupação das margens dos *corredores* - áreas situadas entre as cercas de uma propriedade e as estradas em construção pelos estancieiros no movimento de suas tropas de gado no interior dos campos.

Esses processos são indicativos de movimentos de des-re-territorialização subalterna que ressignificaram o papel dos rincões. Nesses termos a des-re-territorialização é vista, no sentido da produção de *linhas de fuga* que, conforme a perspectiva de Deleuze e Guattari (2000[1980a]), constituem o movimento de desterritorialização, o qual acaba por refazer-se em um novo território, ou seja, em um movimento de territorialização recriador dos territórios, qual seja, a reterritorialização. Ainda, a proposição da desterritorialização como uma crise de limites, no contexto de uma territorialidade anterior e a reterritorialização como a nova territorialidade, enquanto um conjunto novo de relações dos sujeitos entre si e com a exterioridade e a alteridade, segundo Raffestin (1988), contribui para elucidar o processo de transformação territorial dos rincões.

Também, dentre as possibilidades encontradas pelos sujeitos subalternos da Campanha Gaúcha, desde o século XIX, estava a “moradia de favor” nas estâncias ou em

terras de familiares; sua incorporação à peonagem e, neste processo, o desempenho, do papel de *peões-posteiros*, responsáveis pelo manejo do gado e ao mesmo tempo pela proteção dos limites das propriedades, vivendo em postos nas áreas limítrofes das estâncias. Contudo, a perspectiva de permanecer em um espaço próximo, já habitado por seus familiares ou conhecidos, mas mediante uma condição subordinada aos parentes de maiores posses ou sujeitos alheios, é indicativa de um processo de desterritorialização *in situ*¹³, enquanto precária condição de uso e apropriação do espaço.

Portanto, foi em meio a esses processos de des-re-territorialização, que os rincões passaram a representar para os sujeitos subalternos um *território em construção*, seja no sentido da apropriação material, pois como aponta Sá Brito (2010), à ocupação dos rincões pelos despossuídos da Campanha Gaúcha, também residia no fato desses locais facilitarem o acesso à água, madeira e frutas, elementos necessários para a reprodução humana e animal. Ao mesmo tempo, o rincão permeia as representações simbólicas dos subalternos enquanto *pago* ou *querência*, como espaço de pertencimento e constituições de suas visões de vida e de mundo. É, como abordou Santos (1999), o território, “é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do *exercício da vida*” (SANTOS, 1999 p.8 [Grifo do autor]).

Ainda, a expressão *territórios em construção*, também enuncia o permanente processo de tornar-se e desfazer-se desses territórios, sobretudo frente ao *regime territorial* hegemônico-dominante que deseja reduzi-los a condição de *fundos territoriais* - ou seja, áreas de pretensa ocupação e exploração pelo poder soberano (MORAES, 2013). Logo, os rincões da Campanha Gaúcha constituem *uma espécie de território enquanto reserva estratégica* a ser controlado e/ou dominado desde a ação exterior pelo *regime territorial* hegemônico-dominante.

Tal subalternidade impõe múltiplos dilemas no tocante a viver nesses territórios, sobretudo, na ausência e precarização dos *dispositivos biopolíticos* de poder, conforme a acepção de Foucault (2008 [1978]). Os quais poderiam assegurar a permanência dos sujeitos enquanto populações originárias dos rincões. Desta forma, os elementos da subalternidade ganham expressões territoriais. Mas, contraditoriamente, emergem os *dispositivos* de r-existência que constroem um micro-ordenamento territorial dos subalternos.

Das expressões territoriais da subalternidade ao micro-ordenamento territorial dos subalternos

Mosaico Fotográfico 1: Trabalho de Peões (1), Tapera (2), Racho Camponês (3)



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: Anderson L. M. Santos, 2019.

O Mosaico Fotográfico-1, originário dos trabalhos de campo realizados nos rincões circunscritos no “baita chão”, designação popular atribuída ao município de Alegrete, em função de sua vasta extensão territorial, localizada na porção sudoeste da Campanha Gaúcha, introduz os desdobramentos das expressões territoriais da subalternidade e dos *dispositivos* de r-existência territorial. A imagem 1- diz respeito ao trabalho de peões no costeio do gado em uma estância que margeia um de seus rincões, a imagem 2- é a de uma moradia abandonada em meio a Campanha, uma *tapera*¹⁴, já a imagem 3- refere-se a um *rancho* ou *morda* (sinônimo de casa ou moradia) camponesa de um dos rincões estudados.

Diante das imagens, desejamos destacar que o(a)s camponese(a)s e peões de estância, são sujeitos sociais de grande presença nos rincões da Campanha Gaúcha, sendo às suas condições e posições subalternas nossa fonte de diálogo principal. Ao mesmo tempo, o abandono dos rincões revelado nas *taperas* é uma das expressões territoriais dessa subalternidade. Também é importante afirmar que esse(a)s campones(a)s da Campanha Gaúcha, são sujeitos que se vinculam ao regime da estância, tanto quanto o peão, pois seu modo de vida está associado ao universo da criação de gado, mais do que ao lavradio.

Portanto, são camponese(a)s *mais pastore(a)s do que agricultore(a)s* (OSÓRIO, 2008), ou seja, trabalham mais com a criação de animais, sobretudo o gado bovino, ovino e equino, do que com o cultivo da agricultura (ainda que esta se faça presente nas pequenas hortas e nos chamados *cercados*). Diríamos a partir da linguagem popular da Campanha Gaúcha que são *campones(a)s-campeiro(a)s*, que vivem da *lida campeira* (o trabalho com gado no campo), mais do que do trabalho com a agricultura. Sua *terra de*

*trabalho*¹⁵ é o pedaço de campo que conquistaram nos rincões via posse, compra, herança, parceria ou arrendamento. Neste trabalho, não conseguiremos aprofundar os elementos específicos da subalternidade de cada sujeito social, trataremos de seus aspectos comuns em termos territoriais, dentre os quais destacamos os processos de *precarização, contenção e compressão territorial* vividos nos rincões.

Em homologia às preocupações de Santos (1988, 1996), em relação ao *espaço*, pressupomos que os *territórios* devam ser encarados através *das vidas que os animam, no poder em movimento*. Sendo que essas *vidas se expressam através de territorialidades produzidas por seus sujeitos, nos territórios em construção*. Logo, estamos diante de um *regime biopolítico* de poder (FOUCAULT, 2008 [1978]), pois é a vida dos sujeitos enquanto população que está em questão. Esse regime se expressa através de *dispositivos* que operam na *disposição de um espaço* que, com vistas a *maximizar os elementos positivos* do mesmo, como poder *circular de melhor maneira e minimizar o que é risco* e inoportuno como a *carestia, o roubo, as doenças*, ainda que não se possam *suprimi-los* (FOUCAULT, 2008 [1978]).

Diante disso, e do reconhecimento de que dentre as principais matrizes de interpretação das territorialidades, no âmbito da geografia brasileira, situam-se as abordagens de Sack (2011[1986]) e Raffestin (1993[1980]; 1988), é possível afirmar que a *precarização, a contenção e a compressão territorial* das vidas nos rincões, decorrem dos efeitos do regime de poder biopolítico que *afetam, influenciam e/ou des-controlam* os *dispositivos* de majoração da vida entre os sujeitos subalternos nos territórios dos rincões. Nesse sentido, concorda-se com Braga (2017), para quem a precariedade não se restringe ao processo de exploração do trabalho, mas compreende de maneira mais abrangente, a *precarização do modo de vida dos subalternos*.

Esse processo de precarização resulta do macro-ordenamento territorial que encara o território como um *recurso*, fator que traz em seus pressupostos a construção de relações geograficamente expansíveis em busca de uma *vasta rede de relações complexas* (GOTTMANN, 2012[1975]). Logo, o *regime territorial* das estâncias e fazendas se impõe na *disposição do espaço* como uma espécie de *barreira de contenção*, a qual cria uma fratura no espaço-tempo, aonde o espectro visível chega até a fazenda e a estância e aquilo que se situa depois, ou nas suas margens, como os rincões, torna-se invisível. Já que os rincões não alcançam o espectro visível, conseqüentemente suas vidas tornam-se

inexistentes. Eis dois elementos que contribuem para a precarização territorial dos rincões, o exercício da *produção da invisibilidade*, que culmina em uma *produção da inexistência* (SOUSA SANTOS, 2002).

Tal *barreira de contenção* cria bloqueios nos fluxos de acesso às biopolíticas exercidas pelo Estado (em seu sentido estrito, enquanto aparelho estatal), que chegam com dificuldades nos rincões. Nesse sentido, os *dispositivos* de segurança e reprodutibilidade biológica e social da população dos rincões, tornam-se ausentes ou debilitados, como no acesso às políticas públicas, sobretudo de ordem sanitárias e educacionais, de mobilidade e apoio sócioprodutivo. Também as bases materiais dos territórios, reconhecem um lento processo de transformação. Nesse contexto, os sujeitos expressam, por exemplo, que a energia elétrica está presente a cerca de vinte anos nos seus territórios, assim como a água encanada e a abertura de estradas, sobretudo, na esteira das demandas dos estanceiros e fazendeiros circunvizinhos. Novos instrumentos, como o acesso a televisores e antenas parabólicas, telefonia fixa (mais rara) e de aparelhos móveis (mais difundida), são ainda mais recentes.

A esse processo de precarização, articulam-se medidas de *contenção territorial* (HAESBAERT, 2014). Esse processo afeta os dispositivos de i-mobilidade (jogo dialético entre mobilidade e imobilidade) territorial, fundamentais para a circulação e fluxos de pessoas, bens e serviços vitais a um território. O que envolve as problemáticas relativas ao acesso do transporte público, as péssimas condições das estradas e o acesso à comunicação entre os moradores dos rincões. Isso levanta o aspecto da *acessibilidade* inerente à territorialidade e a *contenção física* dos sujeitos e relações, conforme a interpretação de Sack (2011[1986]), o que conduz os sujeitos subalternos dos rincões à privação e a restrições, dentro de uma condição de *relativo isolamento e desconexão* na formação territorial da Campanha Gaúcha.

Por fim, creditamos haver um enlace entre *precarização*, *contenção* e o que denominados de *compressão territorial*. Pois, os rincões e seus sujeitos, em seus *ranchos* ou *moradas* dispostas nos *corredores* em pequenas aglomerações à beira de estradas, se encontram *comprimidos* e *pressionados* pelo avanço do *regime territorial*, que procura tanto marginalizá-los quanto torná-los invisíveis e praticamente inexistentes. O ponto extremo deste processo resulta em *trajetórias de abandono* dos rincões, pela des-territorialização para outros espaços-tempos, sobretudo urbanos ou pela morte dos

sujeitos *solitos* (sozinhos) e *abandonados* na Campanha Gaúcha. Assim, o *rincão* se faz *tapera*, conforme indicamos na Imagem-3 do mosaico fotográfico.

Esse termo - *compressão territorial* põe em questão, a relação do poder com os limites areolares onde se inscreve a existência dos sujeitos, nos *corredores*, nas *vilinhas* – outra forma de pequenas aglomerações, onde estão dispostos seus lares, suas casas, seus *ranchos* e *chacrinhas* (outra denominação oriunda dos sujeitos). Isso nos remete à perspectiva de Raffestin (1993 [1980]), acerca das relações entre as *dimensões* e a *natureza do poder*, onde “falar de território é fazer referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993 [1980] p.153). Dessa maneira, é possível afirmar de acordo com a perspectiva do autor, que ocorre a formação de uma *tessitura suportada*, na qual os sujeitos (comprimidos neste caso) procuram maximizar as possibilidades de reprodução da população, num espaço-tempo restrito e delimitado.

Por outro lado, os *dispositivos* de r-existência dos sujeitos, fabricam e recriam o espaço-tempo em um sentido mais apropriativo do que dominativo, conforme a perspectiva de Lefebvre (2013 [1974]). Isso culmina na produção de um micro-ordenamento territorial dos subalternos. Nesse sentido, há uma espécie de *fabricação*, conforme De Certeau (2014 [1990]), ou seja, um jogo com/contra, presente nas *tecnologias de poder*, que se manifesta através de um uso e um consumo *austucioso* das relações em que estão inseridos, uma *criatividade dispersa (bricolagem)* dos dominados. “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários (dominados) se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (DE CERTEAU, 2014 [1990] p.41).

Esse foi um dos caminhos-chave para compreender as formas de r-existência dos sujeitos nos territórios dos rincões, onde “r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio tanto geográfico como epistêmico” (PORTO-GONÇALVES, 2006 p.165). Vemos essa r-existência se manifestar enquanto *dispositivos* que se manifestam em *linhas de força*, muitas vezes não tão visíveis, tanto quanto enunciadas ou silenciadas, mas que estão incorporadas na *subjetivação* subalterna.

Consideramos que os mesmos estão presentes na multiplicidade de *fazeres* e, *saberes* e *sabores* do produzir *um* ou, *o consumo*, presente nas *práticas tradicionais* (no

manejo do campo e do gado, na produção e preparação dos alimentos, no artesanato, por exemplo); em suas *fabricações ou bricolagens* que transformam os *pequenos ranchos* em espaços-tempos para *além da morada*, como nos *ranchos-bolichos*¹⁶ fabricados pelas mulheres camponesas dos rincões e suas multiplicidades de saberes-sabores e fazeres, entre a produção do alimento, o cuidado com os animais e a morada. Essa fabricação, também envolve uma dimensão simbólica e afetiva nos espaços-tempos dos rincões, onde mesmos são encarados, apesar da precarização, como um território de *bondade*, de amor ao ambiente e seus múltiplos sujeitos, dos animais às relações humanas, onde não se pensa apenas em si, mas também no outro. Assim, a lógica presente nos *usos do espaço*, denotam aos rincões a condição de *territórios como um abrigo*, conforme a perspectiva de Gottmann (2012[1975]).

Não obstante, em sua multilinearidade, esses *dispositivos* se enlaçam a outras relações, como as *trocas e ajudas mútuas* (presentes nas trocas de trabalho e serviços entre vizinhos, bem como na partilha de recursos comuns - como a pequenas mangueiras para o manejo do gado e o uso dos *corredores* como área de uso comum para o pastoreio do gado). Por sua vez, diante da situação de abandono e relativo isolamento, *o vizinho é o parente mais próximo* explicitam os sujeitos acerca de seus laços sociais. Essas relações podem ser tomadas como formas reciprocidade e solidariedade em um espaço-tempo de sociabilidade restrita. Por meio dessas relações, emerge na tessitura territorial *nós* enquanto pontos de encontro e de enlace social, como as *rodas de chimarrão*, os encontros nos *bolichos de Campanha* e, nos festejos populares como os *rodeios*¹⁷.

Tratam-se de *nodosidades territoriais*, “conjuntos de pontos, que também são localizações e que reagrupam indivíduos ou grupos” (RAFFESTIN, 1993 [1980] p.140). Mais do que isso, encontramos nesses *nós* um fazer político *sui generis* que se aproxima da perspectiva de Scott (2013[1990]), como *resistências cotidianas*, que através de *discursos ocultos*, contribui para a conduta pública dos sujeitos subordinados, jogando forças para manter-se em pé em seus territórios, diante dos dilemas da subalternidade.

Uma das características desses *discursos ocultos*, segundo o autor, é que eles se manifestam em um espaço específico, considerado seguro pelos grupos dominados, é assim que vemos no *balcão do bolicho de Campanha*, no *pequeno rodeio* e nas *rodas de chimarrão*, os espaços-tempos em que presenciamos *causos e prosas*, sobre a luta individual de um camponês para reconstruir sua vida; sobre o significado importante da

luta pela educação nos rincões; também vivenciamos o “boca a boca” para realizar um *pequeno rodeio*, burlando as regras do Estado; as críticas em relação aos *grauídos* (estanceiros e fazendeiros) e seus *venenos* (agrotóxicos), no espaços-tempo de um *rancho* em uma *roda de chimarrão*. Tratam-se de alguns exemplos, de como os sujeitos subalternos dos rincões, na distância dos sujeitos de poder, liberam de maneira sutil, suas *vozes silenciadas*, manifestando, delicadamente perspectivas críticas que jogam forças em suas r-existências.

Como resultado destes *dispositivos*, temos a construção de um micro-ordenamento territorial dos subalternos, onde o território assume a condição de *abrigo*, a partir da apropriação dos *fundos de campo*, dos *corredores* e *ranchos*, onde os *bichinhos* (os animais), a *cacimba* e a *sanga* (pequenas fontes naturais de água), tanto quanto o *campinho* (campo ou a terra de trabalho) são riquezas estratégicas. Porém, esse território ocupa uma posição marginal e invisibilizada em relação aos elementos do macro-ordenamento hegemônico-dominante, marcado por estâncias e fazendas, por *alambrados* (as cercas) e *cancelas* (os portões de entrada), por *grandes construções e concentrações* (muito campo, gado, monoculturas, negócios e pouca gente) que *centralizam* a formação territorial.

Nesse micro-ordenamento se desenvolvem *lógicas espaciais* zonais e aglomeradas, pois os rincões são encarados pelos seus sujeitos como as *zonas*, ou as *redondezas* em que vivem. Tais *zonas* e *redondezas* formam os espaços próximos dos sujeitos, em que se estabelecem as pequenas aglomerações, as *vilinhas* ou os *corredores* que se transformam em espaços habitados. A *vilinha* é um pequeno aglomerado, uma espécie de povoado na vastidão de campos e coxilhas, de fazendas e estâncias da Campanha Gaúcha, em que os *ranchos* ou *moradas* estão próximos. É o espaço onde se localizam, geralmente, as escolas (quando existem) e os *bolichos* de maior porte, espécies de *sede social*, como aborda Brandão (2009).

As *vilinhas* também podem ser vistas como *nós* no ordenamento territorial, mas que não possuem uma infraestrutura como os chamados *bairros rurais*. Os *corredores* se diferenciam pelos os *ranchos* ou *moradas* estarem mais dispersos, distantes e ao longo de uma estrada vicinal, ou de um corredor transformado em estrada pública, mas que não deixa de ser um espaço-tempo próximo para a construção da sociabilidade. Assim o rincão se opõe à *cidade*, que é para os sujeitos o espaço-tempo distante e grande, como o

Alegrete, que frequentam esporadicamente, enquanto espaço-tempo, sobretudo, de realização de suas trocas materiais.

Por sua vez, este micro-ordenamento, é marcada uma *des*-contiguidade espacial, em que há uma proximidade das relações socioespaciais dos sujeitos, nas áreas limitadas dos rincões, porém seus territórios estão fragmentados e pulverizados na vastidão da Campanha Gaúcha, inscritos nas margens, nos interstícios e fronteiras do macro-ordenamento territorial hegemônico-dominante, o que lhes imputa uma situação de desconexão e o relativo isolamento em relação aos circuitos espaciais da *formação territorial* da Campanha Gaúcha. Não obstante, a produção desse ordenamento é resultado da des-re-territorialização de múltiplos sujeitos, em uma escala espaço-temporal desde uma *longa duração*, aqui aderida à posição de Braudel (1990 [1958]), até o presente, como o tempo dos *eventos/acontecimentos*, ou a “estória-até-agora” (MASSEY, (2013[2005]), de camponese(a)s-campeiro(a)s, de peões, de remanescentes quilombolas e indígenas, de gaúchos changadores, dentre outros sujeitos.

Considerações Finais

A característica elementar dos rincões da Campanha Gaúcha, em relação a outros rincões, em outros espaços-tempos possíveis, é a sua condição de *marginalidade*, *invisibilidade* e *silenciamento* das vozes subalternas que os habitam, frente a um ordenamento territorial sob a hegemonia e o domínio de estancieiros e fazendeiros. Isto, impõe múltiplos dilemas no tocante a viver e se reproduzir nesses territórios, sobretudo, na ausência e precarização dos *dispositivos biopolíticos* de poder que assegurem a permanência de sujeitos como - o(a)s camponese(a)s-campeiro(a)s e peões de estâncias, dentre outros sujeitos, enquanto populações originárias desses territórios.

Contraditoriamente, na *geo-grafia* forjada pela luta e pelos múltiplos dispositivos de r-existência dos seus sujeitos, os rincões também denotam a condição de *territórios em construção*, abrigo da multiplicidade subalterna produtora de um micro-ordenamento territorial que se faz nos interstícios, nas margens e fronteiras de um macro-ordenamento hegemônico-dominante. Esse micro-ordenamento oriundo de múltiplos *dispositivos* representa a *ativação* de relações de *uso, controle e afeto no espaço*, que se estabelecem na busca por margens de *autonomia*, no cotidiano dos *rachos* ou *moradas*,

nas *chacrinhas* e nos *campinhos*, nas *vilinhas* e *corredores* pulverizados na formação territorial da Campanha Gaúcha.

Notas

¹ Artigo referente aos resultados da tese de doutorado intitulada: **Nos Rincões do Brasil Meridional: des-re-territorialização, subalternidade e r-existência na formação territorial da Campanha Gaúcha**, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Professor Doutor Rogério Haesbaert.

² Destaca-se nesse âmbito seu curso: **movimentos sociais e territorialidades**, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO-UFF), além das inúmeras palestras e conferências apresentadas nas últimas décadas no Brasil e América Latina.

³ A noção de *regime territorial* empregada toma por base a perspectiva de Foucault (1995[1982]), na medida em que este explica que um regime de saber-poder é o modo pelo qual o saber circula e faz funcionar as relações com o poder. Desta forma, um regime, sobretudo, hegemônico e dominante, é interpretado em termos de relações de sujeição e subalternização dos sujeitos no espaço-tempo. Em termos territoriais, esse regime de saber-poder, pode se aproximar da caracterização feita por Raffestin (1993 [1980]), acerca do *desejo de poder* em uma malha territorial.

⁴ A expressão *pingo* na linguagem tradicional-popular da Campanha Gaúcha é uma forma de designar os cavalos utilizados para o trabalho ou lazer, como animais de afeto e de estima.

⁵ Nossa pesquisa tomou como referência metodológica, a proposição dos estudos de caso ampliados oriundos da abordagem antropológica de Michael Burawoy (2014), que propõe ao desenvolvimento das ferramentas de pesquisa quatro ampliações: *a ampliação da observação em direção à vida dos sujeitos; a ampliação no espaço e no tempo; a relação das microforças em direção aos macroprocessos e vice-versa; a busca pela reconstrução da teoria*. Sabemos que esta é uma perspectiva etnográfica, que se realiza num longo processo investigativo, contudo consideramos o jogo das quatro ampliações como um caminho profícuo aos estudos geográficos.

⁶ Segundo Kühn (2002), a frente de colonização hispânica no início do século XVII, introduziu nas primeiras reduções jesuíticas, situadas na porção ocidental do rio Uruguai e do Tape (denominação atribuída à área de abrangência do centro-norte do RS, entre as bacias hidrográficas dos Rios Jacuí e Uruguai), a pecuária como atividade produtiva, através de estâncias de criação de gado (*vacuns e muares*). Porém, ameaçados pelos constantes ataques dos bandeirantes paulistas, os padres jesuítas deixaram a área do Tape e juntamente, boa parte de seu gado. Esse gado encontrou excelentes condições de sobrevivência nos campos e se multiplicou, formando um imenso rebanho de gado “xucro” ou “chimarrão” (não domesticado), denominado pelos colonizadores de *Vacarias*.

⁷ Segundo Quijano (2007), o conceito de *classificação social* se refere a um processo de longo prazo no qual, os agentes disputam o controle dos âmbitos básicos de existência social e cujos resultados se configuram em um padrão de distribuição do poder centrado em relações de exploração, dominação e conflito, entre a população de uma sociedade em uma história determinada.

⁸ Golin (2001) nos informa que o termo Pampa é de origem indígena, expressado na língua Quíchua dos povos originários que ficaram conhecidos como Pampeanos, que o utilizavam o termo Pampa para designar - aproximadamente na língua colonial portuguesa - um território plano com pastagens, *la pampa*. Assim, *Pampeanos* passou a ser a designação atribuída aos povos que habitavam *la pampa* há milênios, em áreas que correspondem atualmente ao sul do Rio Grande do Sul, leste da Argentina e Uruguai.

⁹ **Boleadeira**: uma espécie de manilha com bolas de pedra, posteriormente, metal, em que se joga nos pés de um animal permitindo sua derrubada.

¹⁰ **Charqueada**: propriedade destinada à produção de charque, carne bovina cortada em mantos, salgada e seca ao sol.

¹¹ Muito embora o poder e a violência devam ser considerados fenômenos distintos, conforme Arendt (1985 [1970]), geralmente apresentam-se juntos, onde a violência funciona, segundo a filósofa, como o último recurso do poder, ou seja, emerge justamente para assegurá-lo em seus momentos de crise.

¹² **Peões-Posteiros**: modalidade específica de peão empregado pelos estancieiros, responsável pelos postos que demarcavam os limites de uma propriedade, bem como o manejo e o controle dos rebanhos antes do processo de cercamento dos campos sulinos que se estabeleceu a partir da segunda metade do século XIX.

¹³ A expressão “desterritorialização *in situ*” é sugerida por Haesbaert (2004), ao indicar que muitos grupos podem estar “desterritorializados” sem um deslocamento físico, ou níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isso que vivenciem uma precarização de suas condições básicas de vida e ou negação de sua expressividade simbólico-cultural

¹⁴ **Tapera:** expressão nativa que designa a casa, o *rancho* ou a *morada* abandonada, resultado do despovoamento do campo, seja por movimentos de des-reterritorialização ou morte dos sujeitos na Campanha Gaúcha. Assim, estes espaços-tempos se transformam em ruínas cujas relações são rememoradas através daqueles que permanecem no campo.

¹⁵ Martins (1981) aponta que sob o mesmo estatuto jurídico da propriedade privada no país, surgem duas formas de uso da terra distintas, a *terra de negócio* vinculada à exploração e especulação capitalista e a *terra de trabalho*, direcionada à reprodução familiar, de origem camponesa.

¹⁶ **Racho-Bolicho:** refere-se à incorporação nas moradias dos rincões o papel dos tradicionais *Bolichos de Campanha*, que são locais de comércio e lazer situados à beira das estradas próximos ou interior dos rincões, onde se comercializam produtos variados, alimentos, bebidas, fumo e cigarros. Também é um espaço de lazer, onde se realizam jogos como o Truco, o Jogo de Osso (de origem castelhana), o Jogo de Bocha; festejos populares como Bailes, Rodeios e Carreiras (corrida de cavalos), naqueles de maior estrutura. Na contemporaneidade os bolichos já não se fazem mais tão presentes nas localidades, seja em função do despovoamento, assim como em função do maior acesso ao comércio e ao lazer urbanos. Entretanto, destacamos a presença dos pequenos *ranchos-bolichos* nos rincões, que configuram formas alternativas para estabelecer relações econômicas e de sociabilidade nos próprios espaços-tempos das moradas camponesas.

¹⁷ **Rodeios:** muitas atividades produtivas nas *lidas de campo*, como o *camperear o gado*, são traduzidas para o universo cultural-simbólico enquanto festejos populares da Campanha Gaúcha. Dessa forma, os *rodeios* se configuram como parte desses festejos. Nesses eventos se realizam competições entre *peões* e *prendas*, que vão do tradicional *tiro de laço*, que premia os peões com maior habilidade para laçar o gado em uma estrutura que reproduz o espaço do campo aberto; às apresentações poéticas, musicais e a realização de bailes, o *entrevero* (encontro para dançar), que geralmente encerra o evento.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília: Brasília, 1985 [1970].67p.

AZEVEDO, Aroldo. As paisagens do Rio Grande do Sul: impressões de uma viagem. In: CARDOSO, Eduardo. S.; DAVID, Cesar. (Org.). **A geografia do Rio Grande do Sul em meados do século XX: retratos do território e da produção** da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Porto Alegre: ABG, 2014 [1954]. p.11-18.

BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em Contraponto: diálogos com o presente**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 440p.

BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, n.171, p.587-620, dez.1962. p.5-29.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 [1989]. 311p.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**. Trabalho e neoliberalismo no Sul Global. São Paulo: Boitempo, 2017. 269.

BRANDÃO, Carlos. R. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009. 244p.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 6ª ed. Lisboa: Ed. Presença, 1990 [1958]. p.7-39

BURAWOY, Michel. **Marxismo sociológico**: quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. São Paulo: Alameda, 2014. 348p.

CARDOSO, Fernando. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1962]. 375p.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago.; GROSGOUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago.; GROSGOUEL, Ramón. (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco Pensar; Siglo del Hombre Editores, 2007. p.9-23.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011 [1952]. 159p.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014 [1990]. 320p.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Veja-Passagens, 1996. p.85-100.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1837 - Acerca do Ritornelo. In: DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997[1980]. v. 4. p.100-149.

_____. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000 [1980a]. v. 1

FARINATTI, Luís. A. Escravos do Pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, n. 33, p. 136-154, 2º sem. 2006.

_____. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Editora UFSM, 2010. 520p.

FIGUEIREDO, Antônio. C de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Edição Livre, 2010 [1913]. 2151p. Disponível em: <<http://dicionario-aberto.net/dict.pdf>>. Acesso em: Maio de 2019.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert. L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995 [1982]. p.229-249.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999 [1976].

_____. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. 571p.

GARCIA, Graciela. B. **O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense oitocentista**. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Senhores de terras e intrusos: os despejos judiciais na Campanha Rio-Grandense oitocentista (Alegrete, 1830-1880) In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. A. (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. (Coleção História Social do Camponato v.1). São Paulo: Editora UNESP, 2008. p.43-62.

GOLIN, Tau. **O povo do Pampa: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades**. Passo Fundo: UPF, 2001. 114p.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v.2, n.3, p.523-525, 2º sem. 2012[1975].

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934) - Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre Estado a política**. 3ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.3.p.12-109.

_____. Caderno 25 (1934) - Às margens da história (História dos grupos sociais subalternos). In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v.5. p.131-145.

HAESBAERT, Rogério. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.106p.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396p.

_____. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208p.

_____. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 320p.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**. Niterói, n.28, p. 9-39, 2º sem. 2012.

KÜHN, F. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.160p.

LA BLACHE, Paul. V. Geografia geral: os gêneros de vida na geografia humana. **GEOgraphia**, Niterói, n.13, p.113-130, 1ºsem. 2005.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madri: Capitán Swuing, 2013 [1974]. 464p.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013 [2005]. 324p.

MIGNOLO, Walter. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. **GEOgraphia**, Niterói, n.13. p.7-28, 1ºsem. 2005.

MORAES, Antônio. C. R. **Bases da formação territorial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2000. 432p.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo. Annablume, 2002. 154p.

_____. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.126p.

NUNES, Zeno. C.; NUNES, Rui. C. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. 8ªed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2010. 552p.

OSÓRIO, Helen. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. A. (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. (Coleção História Social do Campesinato v.1). São Paulo: Editora UNESP, 2008. p.43-62.

_____. Pastores e Lavradores do Rio Grande do Sul, séculos XVIII e XIX. In: WAQUIL, Paulo. D. [et al]. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.15-40.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. W. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o Seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: IBAMA, 2003. 590p.

_____. A reinvenção dos territórios. A experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÁ, Ana. E. (org.) **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p.151-197.

_____. De saberes e de territórios. Diversidade e emancipação na experiência latino-americana. In: CECEÑA, Ana. E. (org.). **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. Buenos Aires: Clacso, 2008. p. 37-52.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade del poder, eurocentrismo e America Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.). **La colonialidade del saber: eurocentrismo e ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago.; GROSGOUEL, Ramón. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global**. Bogotá: Iesco Pensa; Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993[1980]. 269p.

_____. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, Gabriel. (Dir.) **Réseaux Territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988.p.263-279.

ROCHE, Jean. As bases físicas e a ocupação do solo no Rio Grande do Sul. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n.28, p.37-69, març.1958.

SÁ BRITO, Andréa. N. **Entre o corredor e estância: dinâmicas sociais e produtivas na APA do Rio Ibirapuitã**. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SACK, Robert. O significado de territorialidade. In: Dias, Leila C.; Ferrari, Maristela. (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011 [1986]. p.5-27.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-99, São Paulo, 1977.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, n.5, p.9-20, 1988.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308p.

_____. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Niterói, n.1.p.7-13, 1º sem. 1999.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**. Discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013 [1990]. 341p.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p.237-280, 2002.

SOUZA, Marcelo. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA. R. L. (Org.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.

_____. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos. A.; SPÓSITO, Eliseu. S. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.57-71.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.

VARGAS, João. C. **Deixando o pago: poemas xirus**. Porto Alegre: Grupo Habitasul, 1981.55p.

Recebido em 24/06/2019. Aceito para publicação em 08/02/2020.
--